

Meninas mães: uma criança é mãe a cada 20 minutos no país

Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 2012 e 2022, 247.293 meninas de até 14 anos deram à luz no Brasil, ou seja, uma média de 22 mil nascidos vivos por ano, e aproximadamente, um parto a cada 20 minutos. Em relação ao estado do Espírito Santo, no ano de 2022, foram 215 partos de mães nessa faixa etária.

Esses números se tornam ainda mais alarmantes se considerarmos que qualquer menina que dê à luz com menos de 14 anos foi estuprada. Pois ter sexo ou ato libidinoso com menor de 14 anos é considerado estupro de vulnerável, independentemente de ter havido “consentimento”, como tipificado no artigo 217-A do Código de Processo Penal e definido na súmula 593 do STF/2017: “o crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente”.

Ou seja, o alto número de meninas grávidas não se trata meramente de uma gravidez precoce – tal como uma gravidez na adolescência, que muitas vezes é fruto de uma iniciação sexual prematura – mas representa o cenário de um crime. Uma gravidez na infância é caracterizada, na maioria das vezes, pela violência sexual exercida por integrantes da família ou conhecidos.

Essas meninas, por falta de apoio e acesso aos seus direitos, acabam parindo outra criança, e muitas vezes continuam expostas à atividade sexual ou são submetidas a um casamento infantil. Situações que, pela legislação brasileira, constituem crime.

Ao analisar os dados por raça/cor, é possível perceber que meninas negras são as maiores vítimas desse crime. Em 2022, 77,4% das meninas até 14 anos que deram à luz no Brasil eram negras. No estado do Espírito Santo, esse percentual chegou a 87,8%. Ou seja, essas meninas precisam lidar não apenas com as dificuldades de serem meninas pretas, mas também com a de terem que criar um filho sendo ainda tão novas.

Quando uma menina é mãe, ocorrem três tipos de violações que equivalem à tortura, conforme denúncia do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) em 2016: “a primeira, impondo um relacionamento sexual indesejável; a segunda, forçando-a a realizar uma gravidez que não procurou; e a terceira, obrigando-a a ser mãe contra a vontade.”

Além disso, a taxa de mortalidade materna de meninas até 14 anos é muito superior à de adolescentes (entre 15 e 19 anos) e jovens adultas (entre 20 e 29 anos), como mostra o gráfico a seguir:

Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos), Brasil, 2022



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM (DATASUS)
Elaboração: Observatório MulherES

A taxa de mortalidade materna, de meninas até 14 anos, é quase o dobro do valor na faixa etária de 20 a 29 anos – considerada a melhor idade para engravidar –. O que evidencia o alto risco que essas meninas correm ao gestar em uma idade em que o corpo não está 100% desenvolvido e pronto para gerar outro ser humano.

Além da mortalidade materna, outro grande problema na gravidez infantil é a prematuridade. Um estudo publicado no *The Journal of the American Medical Association*, constatou que engravidar entre 10 e 13 anos aumenta em 56% o risco de parto prematuro, em comparação com meninas adolescentes entre 14 e 17 anos. Segundo o levantamento, dos 90.876 partos analisados, 206 ocorreram em meninas de 10 a 13 anos e, do total nessa faixa etária, 18,5% foram partos prematuros, contra 11,6% dos partos das adolescentes de 14 a 17 anos e 10,5% dos partos das jovens até 19 anos.

A prematuridade é a principal causa de morte infantil antes dos cinco anos, e ocasiona dez vezes mais óbitos de crianças do que o câncer. E

o Brasil está em 10º lugar no ranking global de partos prematuros.

Outras consequências para a vida da menina, principalmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social, incluem transtornos psicológicos, visto que o processo de gestação e puerpério envolvem altas variações de hormônios e transformação do corpo. Essas mudanças, em alguns casos, ocasionam ansiedade e depressão e, se não tratadas e com acompanhamento, podem levar a menina a atentar contra a própria vida ou do bebê.

Além dos impactos em relação à saúde física e mental, a maternidade precoce também afeta áreas como educação e trabalho. Muitas meninas acabam abandonando a escola e não terminam nem mesmo o Ensino Fundamental, afetando sua renda ao ingressar no mercado de trabalho. Estudos comprovam que a gravidez precoce diminui a educação das mulheres em 1,3 anos e resulta em uma diminuição de cerca de 28% nos ganhos de mulheres que tiveram filhos muito jovens.

Combater a gravidez infantil é permitir que meninas cresçam saudáveis, estudem e se desenvolvam profissionalmente.

A eliminação da gravidez infantil envolve um trabalho de educação, saúde e justiça, para proteger os direitos garantidos em lei, punir e evitar que mais crimes contra meninas ocorram.

Ficha Técnica

Observatório de Políticas Públicas para Mulheres no Espírito Santo

Coordenação Geral

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein

Elaboração

Thalyta Santana Collodetti

Fontes

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS (Departamento de Informática do SUS). 2008. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>. Acesso em: 03 abr. 2024.

CARVALHO, Caio Aguiar; CARVALHO, Thiago Aguiar. Repercussões na saúde mental da gravidez na adolescência. 2021.

KASSOUF, Ana Lucia et al. Examining the Impact of Early Childbearing on Labor Outcomes in Brazil. 2020.